

## Pedro Xavier com uma apresentação politicamente frouxa

Pedro Xavier é o candidato do PSD à Câmara de Portimão. Fez a sua apresentação oficial e pública no passado sábado, no exterior do Museu de Portimão, pelas 16h00, num dia de calor, reunindo à sua volta uma centena de pessoas

Politicamente foi uma apresentação muito frouxa, porque, para além da falta de presença do líder distrital Luís Gomes ou de qualquer figura de relevância nacional, como tem acontecido a nível de outras apresentações social-democratas no Algarve, Pedro Xavier não congregou mais valias para que a sua apresentação fosse mais além do que o círculo de amigos que o rodeiam.

Distribuiu um folheto onde afirma que «chegou a hora de Portimão dizer basta à má gestão do PS», onde elenca um conjunto de perguntas e afirmações mas, mesmo assim, sabendo que a Câmara de Portimão tem

uma dívida que se irá repercutir pelos próximos 20 anos, no seu discurso foi prometendo distribuir milhares de euros pelos clubes, levar a efeito uma política de recuperação de fachadas atribuindo subsídios e entregar verbas às freguesias. Outra das suas afirmações é a de pretender acabar com a taxa de proteção civil, que está para ser criada e de onde sairá uma verba para os Bombeiros Voluntários, ou seja, o subsídio anual que a autarquia entrega à Associação de Bombeiros, evitando a criação dos Municipais, para Pedro Xavier não tem razão de existir.

Dentro da política a desenvolver a nível da organi-



zação da autarquia, uma das propostas do candidato social-democrata é acabar com as empresas públicas, nomeadamente a Portimão Urbis, por entender que as mesmas são prejudiciais para a economia local e constituem um problema grave para as contas da Câmara.

Entretanto, a candidatura de Pedro Xavier «Portimão tem futuro», lançou um

inquérito junto dos seus potenciais apoiantes para que sejam indicados os cinco assuntos mais importantes para o próximo presidente da Câmara, prometendo nos próximos meses debater o futuro do concelho.

Sem candidato à Junta de Freguesia de Alvor, a candidatura «Portimão tem futuro» anunciou que à Junta de Freguesia de Portimão candidata-se Suzel Grade e à da Mexilhoeira Grande Raquel Boto. Para a Assembleia Municipal o cabeça de lista é Fernando Imaginário.

## PCP quer abolir as portagens e a conclusão das obras na 125

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República dois projetos de resolução: um sobre as portagens na Via do Infante, onde recomenda ao Governo a imediata abolição da cobrança de taxas de portagem e outro sobre as obras de requalificação da EN 125 recomendando a adopção das medidas necessárias para que, no âmbito da subconcessão do Algarve Litoral, sejam retomadas rapidamente as obras de requalificação da EN 125, que incumba a empresa Estradas de Portugal de proceder à construção dos lanços retirados da subconcessão Algarve Litoral em outubro de 2012, e que proceda à renegociação do contrato da subconcessão

do Algarve Litoral, de modo a reduzir a taxa interna de rendibilidade da subconcessionária, garantindo, por essa via, uma diminuição dos encargos do Estado ao longo da vida da subconcessão.

O PCP já havia apresentado, ao longo da presente legislatura, várias propostas no sentido da abolição de portagens na Via do Infante, nomeadamente em junho e dezembro de 2011 e em maio e junho de 2012, tendo todas estas iniciativas legislativas sido rejeitadas com os votos conjugados do PSD, PS e CDS. Em maio de 2012, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Governo sobre a suspensão das obras de requalificação da EN 125, ten-

do o Governo, na sua resposta, informado que “a conclusão das obras de requalificação da EN 125 e da ligação S. Brás de Alportel está prevista para Abril de 2013”. Abril de 2013 chegou e passou e as obras de requalificação da EN 125 continuam suspensas, mantendo o Governo um silêncio de chumbo sobre o assunto. Assim, o Grupo Parlamentar decidiu levar este assunto a discussão na Assembleia da República, exigindo ao Governo que concretize todas as obras inicialmente previstas na EN 125 e nas respetivas estradas de acesso/ligação, assim como diligencie para a rápida conclusão das obras neste importante eixo rodoviário.

## Lagos aprova moção contra fusão dos hospitais

A Assembleia Municipal de Lagos aprovou por maioria uma moção onde manifesta o seu desacordo, pela medida anunciada pelo Governo de fundir os Hospitais do Algarve, por a julgar desadequada e lesiva dos interesses da região e da sua população, residente e visitantes pelo que exige a sua imediata revogação.

Afirma-se na moção que «a vida tem comprovado que a centralização de serviços, levados a cabo pelos sucessivos governos, tem acarretado consequências negativas para as populações especialmente nas regiões menos povoadas, sendo em causa o direito à proteção da saúde que, para além dos contornos negativos de ordem humana que tal facto acarreta, constitui um incum-

primento da Constituição da República.

As consequências desta política são evidentes: maior dificuldade do acesso a cuidados de saúde, degradação dos serviços prestados e custos mais elevados, para os utentes e para o Estado, contribuindo em muito para a desvalorização da função social e profissional dos trabalhadores da saúde.

Quando se exigia que se colmatassem valências em falta nos hospitais Algarvios, que se reforçasse e rejuvenescesse o corpo clínico ou ainda que se concretizasse a velha aspiração da construção do hospital central do Algarve e do novo hospital de Lagos, o governo avançou com a decisão de diminuir valências de cuidados de saúde, avançando para a junção de

hospitais, com o objetivo único de cortar despesas, o que não se deve confundir com os muitos milhões a ser entregues a grupos económicos com interesses na área da saúde.

Apesar de toda a demagogia e propaganda de que o processo se reveste para justificar a bondade da decisão, a verdade é que, caso a anunciada fusão vá por diante, com a aberração de um serviço alternativo dos serviços de urgências, pondo ainda mais em causa o acesso a cuidados médicos de milhares de Algarvios e visitantes da região; visitantes diga-se que, constituem uma forte componente do desenvolvimento económico da região, o que esta medida anunciada, para além do mais, não tem em linha de conta».

## Candidatos em movimento

Luís Gomes, candidato à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realiza o seu jantar de apresentação no dia 5 de julho, às 20h30, no pavilhão multiusos, no complexo desportivo, com o lema «Luís Gomes, um presidente que é nosso».

Sexta-feira, dia 5, pelas 21h30, no Cine-Teatro Louletano, a candidatura de Vítor Aleixo irá apresentar os candidatos autárquicos às Juntas de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal. Na mesma iniciativa irá também ser apresentada a Comissão de Honra da Candidatura.

Carlos Ronquillo, conhecido como o «Becas», vai ser apresentado na sexta-feira, dia 5, às 18h30, no Mercado Municipal de Loulé, como candidato do PSD à Junta de Freguesia de São Clemente.

João Palma é o candidato do Partido Socialista à União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra, fazendo a sua apresentação pública no dia 6, sábado, às 21h30, no Largo da Igreja Matriz, em Pêra e no dia 7, domingo, às 21h30, no Mercado Municipal de Alcantarilha.

A Tertúlia Farense convidou para mais uma sessão o candidato José Vitorino. Assim, quinta-feira, dia 4, mais um jantar/debate a ter lugar no Restaurante Faro e Benfica.

A candidatura autárquica do Bloco de Esquerda para Tavira inicia a sua campanha com um ciclo de painéis temáticos, sendo que a primeira sessão é já na sexta-feira, dia 5 de julho. Debater a cidadania, a inclusão e a participação cidadã é a proposta do Bloco para o serão de sexta-feira, a ter lugar no Clube Recreativo Tavirense. André Viane, diretor do Cineclube de Tavira é um dos oradores participantes. Os painéis seguintes, todos à sexta-feira, às 21h30, debruçar-se-ão sobre a «Economia, Emprego, Agricultura e Pesca», «Uma Escola Pública, uma escola para todos», e a fechar este ciclo de debates «Poder Autárquico».



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

### Consulta Pública

Avaliação de Impacte Ambiental do Anteprojecto da

#### Ponte e Acessos à Praia de Faro e Parque de Estacionamento Exterior

Proponente: **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.**

Licenciador: **Câmara Municipal de Faro**

O anteprojecto acima mencionado, localiza-se no concelho de Faro, freguesia do Montenegro e está sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, conforme estabelecido nas alíneas c) e f) n.º 12 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro.

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 2 do art. 14.º e nos arts. 24.º, 25.º e 26.º do referido Decreto-Lei, a CCDR-Algarve, enquanto Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, informa que o Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, encontra-se disponível para Consulta Pública, durante 25 dias úteis, de 10 de julho a 21 de agosto de 2013, nos seguintes locais:

Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9A  
2610-124 Amadora

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve  
Rua do Lethes, 32  
8000-387 Faro

Câmara Municipal de Faro  
Largo da Sé  
8004-001 Faro

O Resumo Não Técnico (RNT) pode ainda ser consultado na Junta de Freguesia do Montenegro, encontrando-se também disponível na página da CCDR - Algarve ([www.ccdr-alg.pt](http://www.ccdr-alg.pt)).

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e analisadas todas as opiniões e sugestões apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o projecto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas à CCDR - Algarve até à data do termo da Consulta Pública.

O licenciamento (ou a autorização) do projecto só poderá ser concedido após Declaração de Impacte Ambiental Favorável ou Condicionadamente Favorável, emitida pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, ou decorrido o prazo para a sua emissão.

A Declaração de Impacte Ambiental deverá ser emitida até 25.10.2013.

Faro, 21 de junho de 2013

O Presidente, David Santos